

EMERGÊNCIA DE UMA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: EVOLUÇÃO DO OBJETO E DO OLHAR

RÉGINE SIROTA

Institut National de Recherche Pédagogique – Université René Descartes – Paris V

Tradução: Neide Luzia de Rezende

RESUMO

Este é um artigo introdutório ao debate sobre a emergência de uma sociologia da infância, que procura contemplar a evolução do objeto e das perspectivas de análise registradas nos anos 90, focalizando, sobretudo, a produção em língua francesa. O texto apresenta e discute os diferentes elementos e principais questões que resultam da emergência do campo, buscando colocá-los em sinergia pela retomada de proposições de autores convidados a participar dos números 2 e 3 da revista Éducation et Sociétés, dedicados ao tema.

ÉDUCATION ET SOCIÉTÉS – SOCIOLOGIA – INFÂNCIA – ANÁLISE DE CONTEÚDO

ABSTRACT

THE EMERGENCE OF A SOCIOLOGY OF CHILDHOOD: THE EVOLUTION OF THE OBJECT AND THE VISION. This is an introductory article in the discussion of the emergence of a sociology of childhood, which seeks to contemplate the evolution of the object and the perspective of analysis recorded in the 90s; it focuses on French language production. The text presents and discusses the different elements and main issues that result from the emergence of the field, seeking to put them in synergy starting with the retaking of the proposals of the authors invited to participate in issues 2 and 3 of Éducation et Sociétés magazine dedicated to the theme.

Artigo publicado originalmente na revista *Éducation et Sociétés*, n.2, p.9-33, 1998, sob o título: "L'Émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'objet, évolution du regard". Foi suprimido desta edição pequeno trecho introdutório relativo à origem do número especial da edição francesa em que o artigo foi primeiramente publicado, uma vez que os textos aos quais ele se reporta não se encontram disponíveis para o nosso leitor. Os títulos dos artigos mencionados no texto foram traduzidos para o português; para o título original, ver a bibliografia (N.da E.)

Nas duas primeiras questões que apresentei, meio social para a criança e o problema das gerações, vê-se como a sociologia da infância pode servir a todas as partes da sociologia e à própria sociologia geral. Por outro lado, na terceira questão, a das técnicas do corpo, vemos como a sociologia, em geral, serve e deve servir à educação da infância

Três observações sobre a sociologia da infância, excerto de uma comunicação que Mauss devia apresentar por ocasião de um congresso de sociologia da infância em 1937, redescoberta e publicada por Fournier.
Mauss, 1996

Como testemunham essas poucas linhas de Mauss, a questão da construção de uma sociologia da infância não é nova, embora desdenhada e ignorada pelos pesquisadores até recentemente. De onde vem essa redescoberta? Que etapas percorre? O que ela aporta? Em que medida esse campo de fato existe? Para responder a essas questões, mesclam-se de imediato fatores ligados tanto à história das ciências sociais, à sociologia geral e suas divisões de campos, quanto à evolução específica da sociologia da educação, os quais refletem diretamente a evolução do objeto social e os debates públicos particularmente intensos que o envolvem.

O objeto deste número e mais precisamente desta introdução é de ter em perspectiva, para colocá-los em sinergia, os diferentes elementos que resultam na emergência desse campo, pois ele se caracteriza por uma certa fragmentação e por tentativas múltiplas, mas relativamente compartimentadas de estruturação.

DESAPARIÇÃO E REEMERGÊNCIA DE UM PEQUENO SUJEITO OU DE UM PEQUENO OBJETO?

Desenhar e dar a ler a cartografia atual do campo implica mesclar aspectos institucionais e publicações com a finalidade de revelar as diferentes linhas de força e a efervescência que estruturam a aparição desse “pequeno objeto” de início frequentemente qualificado pelos sociólogos como “fantasma onipresente”, “terra incógnita”, “refugio”, “mudo”, ou como “quimera”, na literatura de língua francesa; “marginalizado”, “excluído”, “invisível”, ou como “categoria minoritária” na literatura de língua inglesa. Ato de nascimento marcado pois, por uma constatação geral de carência, de fragmentação do objeto, onde se entrelaçam o imaginário social e considerações teóricas, e que aponta uma das primeiras dificuldades da construção do objeto: libertá-lo, por um lado, do implícito, por outro desvinculá-lo do combate militante, para fazê-lo emergir por inteiro no discurso científico como objeto de trabalho. Pode-se, de imediato, reconhecer aí, mediante

essa tensão, características presentes por ocasião do surgimento de novos objetos de pesquisa, tais como o “gênero” ou a escolarização dos filhos de migrantes. Tratar-se-á de uma pesquisa voltada para “aqueles que não têm a palavra”, segundo a origem etimológica – *in-fans*, aquele que não fala – que citam Durkheim e Buisson já nas primeiras linhas do artigo “Infância” do famoso dicionário?

Definida como um período de crescimento, “quer dizer, essa época em que o indivíduo, tanto do ponto de vista físico quanto moral, não existe ainda, em que ele se faz, se desenvolve e se forma”, a infância representa o período normal da educação e da instrução. A infância é suficientemente frágil para que deva ser educada e suficientemente móvel para poder sê-lo. A criança é, pois, aqui considerada antes de tudo como aquilo que os anglo-saxões denominam um “future being”, um ser futuro, em devir: “ela [a infância] apresenta ao educador não um ser formado, não uma obra realizada e um produto acabado, mas um devir, um começo de ser, uma pessoa em vias de formação. Não importa que período da infância consideremos, sempre nos encontramos em presença de uma inteligência tão fraca, tão frágil, tão recentemente formada, de constituição tão delicada, com faculdades tão limitadas e exercendo-se por um tal milagre que, quando pensamos nisso tudo, não há como não se temer por essa esplêndida e frágil máquina. A condição a ser criada parece se localizar no oposto daquilo que nos é dado como ponto de partida”.

A atenção dos sociólogos estará portanto voltada para as instâncias encarregadas desse trabalho de socialização, para fazer acontecer o ser social, principalmente num quadro estrutural-funcionalista. A sociologia em geral, particularmente a sociologia da educação, seja ela de língua francesa ou inglesa, permaneceu durante muito tempo implicitamente circunscrita a essa definição durkheimiana, desenvolvendo, em perspectivas autônomas de pesquisa, diferentes olhares sobre a infância, configurados segundo os modos de apreensão institucional do objeto social. Estes são, pois, os pontos de partida do apagamento da infância ou de sua marginalização (Qvortrup, 1994; Corsaro, 1997) como objeto sociológico, contrariamente às proposições de Mauss. A infância será essencialmente reconstruída como objeto sociológico através dos seus dispositivos institucionais, como a escola, a família, a justiça, por exemplo.

É principalmente por oposição a essa concepção da infância, considerada como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições, que vão surgir e se fixar os primeiros elementos de uma sociologia da infância.

Isso deriva de um movimento geral da sociologia, seja ela de língua inglesa ou francesa, de resto largamente descrito, que se volta para o ator, e de um novo interesse pelos processos de socialização. A redescoberta da sociologia interacionista, a dependência da fenomenologia, as abordagens construcionistas vão fornecer os paradigmas teóri-

cos dessa nova construção do objeto. Essa releitura crítica do conceito de socialização e de suas definições funcionalistas leva a reconsiderar a criança como ator.

Essa visão da infância como uma construção social, dependente ao mesmo tempo do contexto social e do discurso intelectual, foi iniciada pelo trabalho do historiador Ariès. A criança e a vida familiar no Antigo Regime, publicado em 1960. A partir de então, a tese inicial do autor a respeito de um novo sentimento da infância será retomada e discutida por um grande número de trabalhos, que contribuirão para o interesse pelo objeto, tanto entre os historiadores quanto no conjunto das ciências sociais, em virtude de um movimento de interesse mais geral pela análise da vida privada. Entretanto, restringimo-nos aqui a retomar a observação de Becchi e Julia (1998), em sua mais recente introdução a uma história da infância, quanto às dificuldades da recepção inicial do livro de Ariès entre os historiadores: “ele atrapalha os quadros tradicionais de exposição”. O mesmo ocorre no interior da sociologia. A emergência do objeto infância questiona os modos de abordagem, não só no plano teórico como também no disciplinar ou metodológico, o que obriga a uma recomposição de campos, tanto entre disciplinas das ciências sociais quanto entre subdisciplinas.

UMA EMERGÊNCIA CIENTÍFICA ATRAVÉS DE MOVIMENTOS PARALELOS E CONVERGENTES

A leitura da paisagem científica mostra um primeiro recorte, caracterizado por seu estancamento e paralelismo, entre a esfera de língua francesa e a de língua inglesa.

O setor de língua francesa se distingue pela multiplicidade e, apesar de uma profunda convergência, pela ignorância recíproca, das manifestações e publicações que tentam organizar o campo. Alguns encontram o objeto infância na curva da evolução geral da disciplina ou da subdisciplina, outros tentam constitui-la em objeto de pesquisa.

Uma das primeiras publicações em francês que tenta revelar o objeto é um número da *Revue de l'Institut de Sociologie de Bruxelles* intitulado “Infâncias e ciências sociais”, publicado em 1994, produto do seminário do grupo de pesquisa internacional “Modo de vida das crianças”, ligado ao grupo maior de pesquisa sobre “Modos de vida”, do CNRS, existente desde 1990. Na introdução, Mollo-Bouvier assim exprime o objetivo da publicação:

...construir o objeto criança com base no que deveria ser uma banalidade: as crianças são atores sociais, participam das trocas, das interações, dos processos de ajustamento constantes que animam, perpetuam e transformam a sociedade. As crianças têm uma vida cotidiana, cuja análise não se reduz à das instituições.

O afastamento em relação à posição durkheimiana é claro. Trata-se de romper a cegueira das ciências sociais para acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação a seu ressurgimento nas práticas consumidoras e no imaginário social. Decorre daí a proposta de Javeau de trabalhar para o conhecimento da infância como um grupo social em si, como “um povo” com traços específicos. Assim se retoma a proposição de Mauss de considerar a infância como um meio social para a criança, desse modo, articulando essa abordagem à sociologia geral. Trata-se, no âmbito dessas contribuições, de tomar com seriedade esse ator social que é a criança, interrogando-se sobre os quadros teóricos disponíveis ou necessários.

No interior da Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa, dois comitês de pesquisa também se interessaram pela infância. Por um lado, os sociólogos da família, com a associação canadense dos sociólogos e antropólogos de língua francesa, organizaram em Montreal, em 1995, um encontro intitulado “Infâncias”. Após apontar a falta de comunicação interdisciplinar, tanto no âmbito da língua inglesa quanto francesa, os trabalhos se detiveram nos traços contrastantes que uma leitura social da infância propicia, destacando, numa perspectiva comparativa internacional, os modos de construção social da infância contemporânea. Permanecendo no âmbito de problemáticas da sociologia da família, ao discutir sobre os atores que agem na construção social da infância, seja a família, a escola ou o Estado, esses trabalhos fazem emergir a criança como um parceiro ou um ator, em sentido pleno, na estrutura familiar.

Por sua vez, os sociólogos da educação, na ocasião do colóquio “Por um novo balanço da sociologia da educação”, em 1993, destinado a atualizar a evolução do campo, formam uma comissão “Sociologia da Infância”, onde se pode observar a passagem de estudos sociodemográficos aos estudos etnográficos, no âmbito de uma socioantropologia da infância. Tendem a revelar a criança, e não mais simplesmente o aluno, enquanto ator social no quadro de uma desescolarização da sociologia da educação.

Essa investigação prossegue no seminário parisiense “Infância e Política. Tentativa de construção de objeto” (Institut National de Recherche Pédagogique/École des Hautes Études en Sciences Sociales), que procurou romper a fragmentação disciplinar e construir uma rede, hoje na origem da elaboração deste número.

Com uma abordagem inteiramente distinta, na conclusão do ano da família, em 1994, alguns demógrafos organizaram sob a égide do Institut National d’Études Démographiques – Ined –, um colóquio com o título “A criança na família, vinte anos de mudanças”, publicado pela revista *Population*. Diante da evolução da família, cujo único ponto fixo parece ser a criança, é necessário, para uma disciplina que sempre considerou indiretamente a infância, redescobrir essa variável que é a criança. Essa perspectiva de

trabalho foi retomada no âmbito da Comissão “Transformações da família: o ponto de vista das crianças”, do Congresso Geral da População em Pequim, em 1996.

Mais recentemente, o Colóquio anual da Sociedade de Etnologia Francesa teve como tema “Sociedades e culturas infantis”, em Lille, 1997. O ponto de vista se torna essencialmente “internalista” mediante a exploração da hipótese da existência de sociedades infantis e, mais especialmente, de culturas infantis, pretendendo contribuir para definir o que poderia ser uma etnologia da infância.

A atualização científica se intensifica, pois paralelamente à demanda de certos parceiros institucionais da pesquisa na qual os mesmos se tornam implementadores de trabalhos, de reflexões teóricas e de sínteses sobre esse assunto. Assim, por exemplo, na França, a revista *Informations Sociales* da Caisse d'Allocations Familiales organiza um número sobre a evolução do lugar da criança e, mais especificamente, sobre o aparecimento de “A palavra da criança”, cruzando essa problemática com as questões colocadas pela evolução de seu estatuto jurídico. A Federação dos alunos da escola pública, em parceria com a Mutuelle Générale de l'Éducation Nationale, cria um “Observatório da Criança na França”, voltado mais especificamente para as dificuldades e sofrimentos das crianças e adolescentes, como: maus tratos, exploração, delinquência, violência, visando também lazer, saúde e, por último, escola. O concurso sobre “Educação das crianças e dos adolescentes”, promovido pelos organismos ministeriais franceses, a Missão Interministerial de Pesquisa e o Ministério da Educação Nacional, suscita um certo número de pesquisas, que trabalham a intersecção da responsabilidade escolar e social.

Assim, no final dos anos 80, historiadores, sociólogos, demógrafos e etnólogos de língua francesa assim como um certo número de profissionais da infância começam a trabalhar, no interior de suas comunidades respectivas, com esse novo objeto. Esses encontros e o conjunto das publicações que deles resultaram se refletem uns nos outros, cada um raciocinando no interior de seus próprios quadros de referência e com suas metodologias próprias, construindo assim uma nova paisagem científica.

O objeto parece, pois, construir-se na intersecção de um certo número de disciplinas das ciências sociais, produzindo uma recomposição disciplinar. Essa recomposição, por sua vez, discute a própria evolução da sociologia da educação. É preciso retomar a análise do processo de socialização, no seu conjunto, e desescolarizá-lo, retornando assim a uma definição ampla do objeto da disciplina, ao mesmo tempo que, para isso, seja necessária uma articulação com outros campos da sociologia (sociologia da família, sociologia política, sociologia do direito, demografia), capaz de explicitar o problema da articulação com a sociologia geral.

Entretanto, de modo um pouco mais precoce e estruturado, a literatura anglo-saxã referente à sociologia da infância se torna prolífica, indicando uma recomposição e

legitimação institucional mais importante, oferecendo, assim, meios de confrontação e de análise reflexiva sobre as modalidades de construção e desconstrução do campo.

No mundo anglo-saxão organizaram-se redes de pesquisadores.

No interior da Associação Americana de Sociologia existe uma seção de pesquisa intitulada Sociologia da Criança. Igualmente, no âmbito da Associação Internacional de Sociologia se desenvolve o comitê de pesquisa sobre Sociologia da Infância, agrupando atualmente mais de uma centena de pesquisadores. Metade deles é originária da Europa, principalmente Grã-Bretanha, países nórdicos, Alemanha, e um terço é proveniente do continente norte-americano. Na própria Grã-Bretanha realizaram-se, após 1986, os *workshops* sobre Etnografia da Infância, inicialmente organizados em Cambridge; depois montou-se a rede, sediada em Londres e Keele, "Criança e Sociedade". Esses mesmos pesquisadores, em 1986 criaram uma revista, *Sociological Studies of Child Development*, chamada depois *Sociological Studies of Children*.

Por outro lado, dois grandes programas de pesquisa foram lançados. O programa "A infância como fenômeno social" (1987-1992), dispositivo europeu de pesquisa comparativa dirigido pelo European Center for Social Welfare Policy and Research, de Viena, cujo objetivo era, além de suprir a carência de conhecimentos empíricos sobre a infância no contexto europeu, também aprofundar a construção de uma sociologia da infância no plano teórico. Propiciou um conjunto de publicações englobando doze países. Atualmente existe um programa de pesquisa inglês "Programa de Pesquisa sobre a criança de 5 a 16 anos" dirigido por Prout, que agrupa 70 pesquisadores numa vintena de equipes. Esse programa parte da hipótese de a criança ser considerada um ator social em sentido pleno.

Para romper a impermeabilidade existente entre a comunidade de língua inglesa e francesa, Cléopâtre Montandon redigiu uma síntese sobre esses trabalhos, intitulada "A sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa". Ela coloca em evidência as problemáticas, os paradigmas, os objetos empíricos e os debates existentes na construção desse campo. Isso deverá permitir que o leitor de língua francesa se situe numa literatura já extremamente abundante, fruto de uma comunidade científica constituída, que se apóia numa tradição de pesquisa recente mas já marcada por estudos empíricos e por debates teóricos, capazes de situá-la tanto no campo especializado quanto no campo que dialoga com a sociologia geral. As origens disciplinares dos pesquisadores são aí muito mais diversificadas que no espaço de língua francesa – antropologia médica, por exemplo (Prout), economia (Qvortrup), sociologia da educação (Alanen), estudos feministas (Oakley), folclorista (os Opie) etc., o que explica em parte a maior variedade temática. Mas o conjunto dos trabalhos se situa claramente no campo e proclama sua contribuição ou participação na construção de uma sociologia da infância, sempre enfatizando as dificuldades de sua legitimação diante dos "guardiões" acadêmicos.

Retomando a classificação de Frones, quatro grandes temas são apontados para apresentar esses trabalhos: as relações entre gerações; as crianças e os dispositivos institucionais criados para elas; o mundo da infância – interações e cultura das crianças –, e as crianças como grupo social. Para grande surpresa do leitor de língua francesa, os trabalhos anglo-saxões e americanos referentes aos alunos e à escolarização, embora numerosos, têm presença restrita e são pouco identificados como pertencendo ao campo na bibliografia. Sociologia da educação e sociologia da infância aparecem, na esfera de língua inglesa, como se constituídas de maneira autônoma, ao contrário da sociologia da educação de língua francesa, de onde, sobretudo, saíram os sociólogos que trabalham sobre a infância. Não existe em língua francesa uma revista especializada nesse assunto como a *Sociological Studies of Children*. Por outro lado, os trabalhos apresentados são em parte publicados no âmbito de obras resumidas, sob forma de *readers*, certamente no interior da tradição acadêmica de publicação anglo-saxã, porém refletindo uma inserção educacional não apenas na esfera da pesquisa, como também um reconhecimento na esfera da formação universitária e da formação profissional. No âmbito das pesquisas publicadas em inglês, pode-se perceber a participação importante dos sociólogos escandinavos na construção institucional e intelectual desse campo.

O OFÍCIO DE CRIANÇA

Mas como essa evolução científica teve lugar? Um retorno à genealogia de um dos conceitos utilizados na sociologia da educação de língua francesa permite observar o percurso das problemáticas.

A emergência atual de uma sociologia da infância poderia ser simbolizada mediante a aparição da noção de “ofício de criança” [*métier d'enfant*]. Tomar a sério a criança, reservando-lhe o lugar de um objeto sociológico em sentido pleno, é o primeiro desafio da noção de “ofício de criança”, pois representa uma ruptura difícil de efetuar no modo de pensar da sociologia da educação, da qual é interessante rever as etapas.

A noção de “ofício de criança” aparece de início na literatura pedagógica, nos escritos de Pauline Kergomard, célebre inspetora francesa de escolas maternas. É ela quem introduz essa noção, a propósito da escola maternal. Trata-se, para ela, de definir uma escola que corresponda à natureza infantil, onde se operem livremente os processos de maturação e desenvolvimento. Nessa escola, a criança poderá cumprir o seu papel. Há nela adequação entre o que a instituição define, ou, pelo menos, entre seu projeto renovador e o estatuto reservado à criança no interior da instituição, visando sua função de socializar, uma vez que a essa definição social da infância corresponde, paralelamente, a uma institucionalização da infância em alguns dispositivos pedagógicos.

Num segundo momento, a noção foi retomada, em 1973, na literatura sociológica, pelo título do artigo de Chamborédon e Prévost: "O ofício de criança, as funções diferenciais da escola maternal", publicado na *Revue Française de Sociologie*. O artigo analisa precisamente a obra de P. Kergomard e sua influência sobre a evolução do modelo pedagógico da escola maternal. Entretanto, dentro da perspectiva de uma sociologia estrutural-funcionalista, trata-se aí de analisar o exercício do ofício de criança, não em termos da natureza infantil mas em termos de confrontação de *habitus* familiar e escolar. Confrontação entre os pressupostos explícitos e implícitos do programa pedagógico e do funcionamento da escola maternal em termos de modo de pensar, de agir, de fazer, com o *habitus* suposto das diferentes classes sociais. Não se trata pois do ofício de criança, mas do ofício de aluno, na primeira infância. Porém, já os dois termos, "ofício" e "criança" são sociologicamente associados, mediante a análise dos papéis institucionalmente prescritos.

Essa visão da criança como aluno deve ser confrontada com a análise retrospectiva feita por Isambert-Jamati, em 1993, numa entrevista conduzida por Bourdonde, a propósito da orientação de suas próprias pesquisas em sociologia da educação. Expondo o motivo de seu interesse por uma sociologia da profissão de professor, esclarece as razões das reticências de alguns pesquisadores quanto a uma abordagem direta dos alunos:

...primeiramente, fazer uma sociologia dos alunos era considerado extremamente difícil; quando comecei costumávamos dizer que fazer perguntas a crianças e jovens era sociologicamente muito difícil, porque eles eram muito cambiantes, instáveis, o que poderia ser interessante para a psicologia, mas impedia que formassem sociologicamente uma verdadeira população (...) Mas é verdade que em relação a um preconceito bastante consciente, que não era menosprezo mas um problema de objeto sociológico possível, isso não me parecia muito pertinente (...) O quarto elemento ao qual me atenho sempre é que os professores são centrais, não apenas no sistema educativo mas, mais ainda no processo de educação. Antes de me interessar especialmente pelos professores, trabalhei, tendo como perspectiva a educação, com as famílias e nas suas relações com a escola. Mesmo que eu saiba que entre uma geração e outra não há reprodução idêntica, continuo a pensar que a educação é por um lado uma socialização transmitida de geração a geração. Se existe transmissão de algo, o que ninguém contesta totalmente, é inevitável que todos aqueles que educam, guardem um pouco o segredo. Portanto, mesmo se estou longe de condenar os trabalhos sobre as crianças, dirigir-me àqueles cuja missão é educar, tanto pais quanto mestres, parece-me uma via privilegiada para compreender a educação.

Essa abordagem, fiel à definição durkheimiana, resume aquela que foi durante muito tempo a posição dominante: são principalmente objetos legítimos de análise os

atores que moldam o sistema educativo mesmo que sejam considerados agentes. As crianças, na condição de alunos, são concebidas apenas como receptáculos mais ou menos dóceis de uma ação de socialização no interior de uma instituição com objetivos claros para o sociólogo.

Segunda etapa: enraizada na sociologia anglo-saxã interacionista, a criança é considerada como um parceiro, e na literatura de língua francesa aparece a noção de “ofício de aluno”. Assim, Perrenoud, em “Fabricação da excelência escolar”, depois numa coletânea de artigos intitulada “O ofício de aluno” retoma explicitamente a noção de ofício para se interrogar sobre o que constrói a escola e sobre o papel dos alunos nessa construção. Ele se apóia nas definições da linguagem corrente veiculadas pelo dicionário Robert: “1) Tipo de ocupação manual ou mecânica que tem utilidade na sociedade; 2) Todo tipo de trabalho determinado reconhecido ou tolerado pela sociedade, e do qual se pode tirar os meios de subsistência; 3) Ocupação permanente que possui certas características do ofício”. Sendo a escolaridade a ocupação principal da infância, é possível então, acredita ele, utilizar o termo ofício de aluno articulando-o às noções de *curriculum oculto* e de *curriculum real*, já que se trata, para a criança, de “se tornar o indígenuo da instituição escolar” adquirindo a competência do membro da tribo.

Uma sociologia do ofício de aluno se torna assim ao mesmo tempo uma sociologia do trabalho escolar e da organização educativa. Analisando o *curriculum real*, esse campo se interessa pelas tarefas designadas efetivamente aos alunos, estudando suas estratégias, o modo como eles tomam distância em face das expectativas dos adultos e manipulam o poder na família ou na escola. De todo modo, essa sociologia se interessa pelo avesso do cenário deixado até então na sombra, pelo sentido que os alunos dão ao trabalho cotidiano. Não se opõe à tradição bourdieusiana, mas a prolonga, pois o aluno é aqui considerado tanto no espaço escolar como em função dos universos de socialização aos quais pertence, principalmente a escola e a família. Ele é então designado como *go-between*, mensageiro entre essas duas instâncias de socialização, devendo a análise se debruçar sobre o trabalho de negociação a ser realizado entre essas duas instâncias.

Nessa etapa, a autonomia relativa e a especificidade do trabalho de negociação, de rearticulação e de construção do sentido atribuído à escolaridade pelos alunos, no exercício de seu ofício de aluno, são aprofundadas pelos trabalhos que, nos anos 90, começam a formar, verdadeiramente um conjunto na sociologia de língua francesa, cujo desenrolar pode ser percorrido numa síntese da *Revue Française de Pédagogie*, publicada em 1993 sob o título “O ofício de aluno” (Sirota, 1993).

Terceira etapa: um eixo se apresenta como essencial nos trabalhos, e aparece muito claramente – entre outros, no trabalho de Dubet em torno da noção de experiência. Numa sucessão de obras (*Os alunos do liceu*, *Sociologia da experiência*, *Para a*

escola, Escola, famílias, o mal-entendido, o autor retoma a noção de ofício no espaço escolar a partir da noção de experiência. O ofício é descrito como uma interpretação permanente, como um debate social interior a propósito das finalidades da escola, das normas, da justiça, como uma atividade pouco rotineira. Os professores em particular são assim caracterizados:

...de um lado, eles falam em termos de estatuto, como membros de uma organização capaz de fixar condutas, relações com os outros, modos de argumentação e de legitimação. De outro, eles falam em termos de ofício, sendo este vivenciado como um desafio à personalidade, como uma experiência íntima estritamente privada na qual os critérios de referência e de reconhecimento pelo outro são dissociados da ordem dos estatutos.

Analisando a evolução e o funcionamento atual da escola, Dubet afirma assim que, como a formação dos atores e dos sujeitos não mais decorre harmoniosamente do funcionamento de uma instituição na qual cada um teria seu papel, é preciso substituir a noção de papel pela de experiência. Pois os indivíduos, nesse caso principalmente os alunos, não se formariam mais somente na aprendizagem sucessiva dos papéis propostos, mas nas suas capacidades de dominar as experiências escolares sucessivas. Estas se edificam como a vertente subjetiva do sistema escolar, sendo que os atores se socializam mediante essas diferentes aprendizagens e se constituem como sujeitos na capacidade de dominar sua experiência, de se tornar os autores de sua própria educação. Nesse sentido, toda educação é uma auto-educação, ou seja, não é apenas uma inculcação, é também um trabalho sobre si mesmo. Sem ir muito longe nesse debate de definições subjacentes da socialização, pode-se destacar na definição aqui proposta a aparição da autonomia da criança, mediante a importância dada à sua subjetividade e à especificidade de sua relação com a escola, de acordo com as idades e os níveis de ensino.

Quarta etapa: se é aceita uma definição da experiência infantil como inscrita em registros múltiplos e não convergentes, se também se admite o postulado de uma heterogeneidade profunda dos registros culturais e das esferas de ação, torna-se então essencial a análise do trabalho específico de socialização pelo qual as crianças adquirem a capacidade de gerar essa heterogeneidade. É necessário então compreender como se constrói não apenas o ofício de aluno mas também o ofício de criança (Rochex, 1995, Lahire, 1995), e portanto aprofundar o conhecimento das múltiplas situações nas quais se constrói esse ator social, sobretudo porque os dados são particularmente parciais e até agora relativamente dependentes dos recortes disciplinares. Uma primeira ligação entre subdisciplinas se esboça mediante o reexame da relação família-escola, pois certos sociólogos da família, como Singly, priorizando, na evolução da família contemporânea, a

exigência de desenvolvimento satisfatório de cada um de seus membros, descrevem uma modificação da percepção da criança. Esta já não é mais considerada como algo maleável que a moral e a autoridade moldariam, mas como um parceiro com o qual é preciso negociar. Um imperativo categórico: a criança deve se tornar ela mesma, e possuir os meios para isso. Observa-se um retorno à definição que deu P. Kergomard do ofício de criança, mas aqui é a educação familiar que deve permitir a eclosão do eu da criança, mesmo se coexistirem tensões entre exigência de desenvolvimento satisfatório e sucesso escolar.

Pode-se evidentemente perguntar sobre a extensão do modelo proposto ao conjunto das classes sociais, mas esses trabalhos tenderiam a pensar a construção do indivíduo moderno nesse período específico e essencial que são a primeira infância e a infância como construção de uma experiência infantil cada vez mais complexa. Acrescenta-se que as mutações atuais da célula familiar (em termos de decomposição, recomposição) levam os demógrafos a definir a infância como uma “travessia” de seqüências múltiplas e a considerar a criança como uma variável em si. Ora, com exceção da obra de Prost, *A criança e a família numa sociedade em mutação*, dispomos de bem pouca informação empírica sobre os modos de socialização contemporâneos e sobre o respectivo peso das diferentes instâncias de socialização, sendo o peso do grupo de pares e dos meios de comunicação surpreendentemente negligenciado.

Quinta etapa: após um período de denúncia já mencionado, grande parte dos primeiros sociólogos que se interessam pela criança passa deliberadamente de uma sociologia da escolarização a uma sociologia da socialização. Eles se atêm à socialização primária visando a essa população infantil tanto como ser em devir quanto como ator de sua própria socialização (conforme Javeau, Montandon, Rayou, Mollo-Bouvier ou Sirota). A perspectiva adotada é com freqüência socioantropológica, ultrapassando as barreiras disciplinares para tomar a sério o “ofício de criança”.

Essa análise rápida sobre a emergência da noção de ofício de criança permite perceber as conotações que a envolvem e situa claramente os objetivos do trabalho de elucidação que resta a fazer em torno de alguns pontos que parecem centrais e são particularmente colocados em destaque por essa expressão.

Um certo número de pontos comuns à esfera de língua inglesa e à esfera de língua francesa parece assim emergir do conjunto da literatura.

- A criança é uma construção social.

“A infância é compreendida como uma construção social. Desse modo, ela fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos

da vida humana. A infância, vista como fenômeno diferente da imaturidade biológica, não é mais um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico tanto estrutural quanto cultural de um grande número de sociedades” (James, Prout, 1990).

- Essa desnaturalização da definição, sem contudo negar a imaturidade biológica, enfatiza a variabilidade dos modos de construção da infância na dimensão tanto diacrônica quanto sincrônica e reintroduz o objeto infância como um objeto ordinário de análise sociológica, redefinindo as divisões clássicas entre psicologia e sociologia em relação a esse período da vida.
- A infância é pois considerada não simplesmente como um momento precursor, mas como um componente da cultura e da sociedade (Javeau, 1994). A infância se situa pois como uma das idades da vida que necessitam de exploração específica, como a juventude ou a velhice, já que é uma forma estrutural que jamais desaparece, não obstante seus membros mudem constantemente e portanto a forma evolua historicamente (Jenks, 1997).
- As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização.
- A infância é uma variável da análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno (Qvortrup, 1994), articulando-a às variáveis clássicas como a classe social, o gênero, ou o pertencimento étnico.

Essas proposições são contudo enunciadas com pesos diferentes, segundo cada autor, alguns insistindo na abordagem etnográfica para entender a experiência infantil em função das perspectivas próprias às crianças, outros insistindo na necessidade de uma articulação com as abordagens macrosociais e quantitativas.

VAIVÉNS DE RECORTE SOCIAL A RECORTE CIENTÍFICO

Esse movimento científico não é independente do debate social que ocorre em torno dos direitos da criança. Marcado pela adoção da carta internacional dos direitos da criança de 1987, esse momento simboliza o acesso da criança, no final de uma longa história de emancipação, ao estatuto de sujeito e à dignidade da pessoa. Filosofia política e sociologia do direito são então convocadas para identificar os elementos do

debate e analisar essa mutação do estatuto da criança. Duas posições emergem: por um lado, um compromisso entre uma tradição de proteção, fundada na idéia de educação e de instrução, a única que pode tirar a criança de sua vulnerabilidade para que tenha acesso à autonomia; por outro lado, uma corrente defendida pelos “artesãos da autodeterminação” que pedem uma mobilização em torno “dos direitos do homem na criança” (Théry, 1998).

Esse debate social internacional ganha impulso e se alimenta, por exemplo na França, a partir de fatos diversos e de decisões políticas, quer se trate do sinal de recolher em relação às crianças, da repressão ou da prevenção da delinquência, quer do modo de atribuição das alocações familiares. Manifesta-se profundo mal-estar e grande incerteza quanto à visão da criança que subjaz a tudo isso, tanto em termos de projeto político quanto de conhecimentos empíricos sobre os modos reais de socialização. Uma parlamentar resume assim a situação: “Quanto à política da infância, a sociedade não deve, com efeito, se reabilitar, tapando buracos à esquerda e à direita. A criança é uma pessoa em sentido pleno na sociedade e convém abordar esse assunto de maneira global” (Mme. Moirin, auditora do relatório parlamentar *Direitos da criança, novos espaços a conquistar*. Ressurgem as figuras da infância perigosa, da criança selvagem (Debarbieux, 1998), a propósito da violência e das incivildades, sejam elas escolares ou urbanas. Essa nova sensibilidade à violência, quando se fala em pedofilia, violação, ou maus tratos, revela uma outra figura da infância, a criança vítima, que estrutura o imaginário, numa quase contigüidade com a figura da criança-rei (Prost, 1981, Vigarello, 1998, Eliacheff, 1997, Javeau, 1994). Tal debate reverbera nas problemáticas do controle social, e mais especificamente da proteção à infância. Avizinha-se então, em virtude da interpelação do objeto social, desse outro campo da sociologia, até então vinculado essencialmente à sociologia do direito ou ao campo penal (Chauvière, Lenoël, Pierre, 1996). Diante da acuidade do debate na mídia, do discurso intelectual e do debate político surge uma profusão de relatórios oficiais, como o de Théry, *Casal, filiação e parentesco hoje: o direito em face das mutações da família e da vida privada*, ou aquele de Fabius e Bret, *Direitos da criança, os novos espaços a conquistar*; que consagram uma parte muito importante à separação existente entre a evolução do direito e a transformação do estatuto da criança. Um conjunto de fatores, retomado das pesquisas, é mobilizado: baixa da nupcialidade, crescimento da natalidade fora do casamento, baixa da fecundidade, precariedade das uniões, envelhecimento das uniões. Entre esses indicadores demográficos das principais características da evolução da família contemporânea, dois dizem respeito mais diretamente à criança, dois determinam seu modo de vida e o último relativiza seu peso na estrutura demográfica; por isso a necessidade de uma junção e uma articulação com a demografia e a sociologia da família para identificar a evolução do lugar da criança.

Com a aparição da noção do interesse da criança nos processos de divórcio, diferenciando-se a parentalidade da conjugalidade na construção do casal, o surgimento da criança significa agora a constituição da família, o que leva juristas e sociólogos a afirmar que “o princípio de indissociabilidade se deslocou para a filiação” de modo a sustentar a incondicionalidade do elo de filiação como elo social.

A criança se torna pois o centro da família. Do mesmo modo, ela é situada, segundo uma diretriz básica “no centro do sistema educativo” por uma estranha translação: após ter desaparecido atrás da figura republicana do aluno encerrado numa instituição fechada, “a criança no centro” se torna um lugar comum pedagogicamente correto (Rayou, no prelo), que deveria ser capaz de reunir a comunidade educativa, numa obra comum.

A causa das crianças se torna pois uma grande bandeira, contribuindo sim para a tessitura do elo social, mas com maior freqüência para o seu remendo, de modo a dissimular muitas ambigüidades atrás de um consenso aparente que convém explorar de maneira sistemática, seja ele no nível do imaginário ou das práticas sociais.

UM CONVITE À VIAGEM NO PAÍS DA INFÂNCIA

Tentamos nos dois números da revista *Éducation et Sociétés* sobre a Sociologia da Infância reunir artigos que apresentassem tendências atuais da pesquisa: alguns foram concebidos a partir de trabalhos que se apresentam como contribuição à emergência de uma sociologia da infância, outros se agrupam partindo de preocupações paralelas, de ligações institucionais diferentes. Essa escolha reflete, como vimos, o estado do campo na sociologia de língua francesa e permite conhecer as formas como hoje se apresenta. O dossiê é pois construído sobre uma aposta: contribuir para situar as tendências na construção do campo, apresentando trabalhos que ilustrem, demonstrem e concretizem os eixos de reflexão em curso, apresentando pesquisas originais.

Constatar-se-á de imediato que poucos artigos se referem ao sistema escolar, já que para um grande número de autores francófonos, trata-se justamente de uma tentativa de desescolarização da sociologia da educação para abordar o conjunto dos processos de socialização. Diversidade teórica e complementaridade presidiram a construção deste número, não apenas para fazer de *Éducation et Sociétés* um ponto de encontro da evolução da sociologia, mas para avançar na construção do objeto, mostrando sua articulação com a sociologia geral. Do mesmo modo, essa preocupação com a complementaridade presidiu à organização desses estudos, pensando-se na articulação de diferentes instâncias de socialização, escola, família, pares, da esfera pública e da privada, das abordagens sócio-históricas e análise do imediato, das formas de abordagem das práticas

sociais, sejam elas originadas da observação das práticas da vida cotidiana ou das representações sociais e do imaginário.

Para apresentar esses trabalhos, partiu-se, pois, das proposições teóricas precedentemente evocadas, que tentam construir a armação atual de uma sociologia da infância, situando em relação a elas a contribuição específica desses textos.

A criança ator

O artigo de Patrick Rayou, intitulado “Um mundo de verdade, a construção das competências infantis na escola”, situa-se na corrente de pesquisa que considera a criança como um ator e analisa a constituição do ofício de criança.

Socialização política e aprendizagem da cidadania são objeto atualmente de uma renovação da pesquisa, seja na análise de dispositivos como os conselhos de classe, conselhos municipais de crianças ou parlamento das crianças (Vulbeau, 1998) ou no interesse pela constituição das competências.

A questão aqui proposta refere-se à construção das competências políticas infantis num quadro preciso, a escola primária. Como aqueles que são considerados como não tendo ainda uma palavra política podem construir suas competências? O que então a noção de “competências políticas” pode oferecer para esclarecer esse processo e erigir a criança como ator no interior de um sistema explicativo sociológico? A noção de competências políticas sendo entendida como a de “capacidades para organizar uma vida social ordenada com valores compartilhados” mediante o aproveitamento da experiência, tanto do pátio de recreação como da sala de aula, coloca em discussão formas elementares ou ordinárias da cidadania e do elo civil.

Essa análise da experiência das crianças baseada no ponto de vista construtivista demonstra a possibilidade metodológica e teórica de fazer falar as crianças na faixa da escola primária e de apreender a maneira como elas produzem o sentido e o social. Considerar as crianças não apenas como seres em devir, mas num momento intermediário, permite saber como se constroem normas e valores numa sociedade infantil dentro da escola.

A construção social da infância

Dois pontos de vista estão presentes aqui: o primeiro se ancora na esfera privada, o outro na esfera pública, a fim de analisar os dispositivos de responsabilização institucional em relação à infância e de delegação do trabalho de socialização fora da família. Investigam-se nesses dois textos os modos de construção do elo social pela introdução do lugar da criança na organização das sociabilidades ordinárias.

Para começar, na esfera privada, de que modo se constrói o vínculo social em torno da criança como objeto e como ator? Em que a problematização do dom permite dar conta da economia das trocas simbólicas e materiais em relação à criança? Essa é a questão principal do artigo de Monique Buisson e Françoise Bloch, "A guarda remunerada da criança, suporte do valor de vínculo". Tal trabalho não surgiu de uma reflexão sobre a sociologia da infância, mas mostra como a reintrodução de um elemento da relação, a criança, enfim considerada em sentido pleno, pode permitir compreender as trocas simbólicas que suscita nas relações intergeracionais e nas redes de sociabilidade.

Na esfera pública, uma abordagem histórica é proposta por Dominique Dessertine e Bernard Maradan: "A socialização da criança fora da escola: a *belle époque* dos patronatos (1900-1939)". Se bem que a obra pioneira de Ariès tenha aberto o caminho para as Ciências Sociais, foram realizados poucos trabalhos de história contemporânea, como notam os autores numa rápida revisão introdutória da literatura. Essa contribuição representa um dos raros estudos históricos franceses concernindo precisamente a infância e não a primeira infância ou a juventude. Essa pesquisa parte de uma pergunta: como as políticas públicas constroem os modos de socialização da infância? Como se constitui a malha do tecido social? Como se organiza o tempo da criança fora do tempo escolar, esse tempo livre tão cobiçado (Mollo-Bouvier) pelas políticas sociais? O exemplo escolhido, longe de ser marginal, atinge uma criança entre duas na cidade de Lyon e tem a ver com a atualidade política. Nesse momento em que as questões sobre a gestão do tempo da criança em matéria de política da cidade e de organização do emprego do tempo escolar são o assunto principal da mídia e obrigam os poderes públicos a uma redefinição da participação das instâncias de socialização que se ocupam da infância, esse artigo ganha atualidade. É particularmente interessante observar que esse trabalho histórico, cujo objetivo inicial é a análise de políticas públicas referentes à infância, sejam elas confessionais ou laicas, mostra a criança como ator em sentido pleno, como usuário das ofertas que lhe são feitas numa lógica competitiva mas sempre controlada. Não se pode deixar de estabelecer um paralelo com a utilização atual pelas famílias da rede escolar pública e privada, mas parece que aqui são a criança e seu grupo de pares os atores principais dessa reinflexão do sentido, atuando como mediadores culturais ou políticos. A criança "caçador furtivo das práticas culturais" coloca o problema das estratégias do pobre muito bem descritas por Certeau na *Invenção do cotidiano*. Problema teórico e problema metodológico se cruzam, o recurso aos arquivos orais, às lembranças de infância, ao relato autobiográfico permite articular aquilo que os sociólogos qualificariam de ponto de vista macro e ponto de vista micro, deixando ver o trabalho do ofício de criança na organização de seu emprego do tempo. Essa perspectiva se reflete em duas outras contribuições que colocam o problema da construção das temporalidades (Mollo-Bouvier)

e da utilização das lembranças de infância no relato autobiográfico (Gullestad, a ser publicado no número três).

A construção de um imaginário social

Pela análise do caso Dutroux, das reações públicas que se seguiram, assim como da mídia, Claude Javeau propõe um ensaio de sociologia bem candente, que intitula “Corpos de crianças e emoção coletiva”. Eis aí reintroduzidos a vertente do imaginário social por meio do “peso das palavras, do choque das fotos” ou o duplo peso do debate social sobre a infância e sua tradução na mídia. Peso particularmente importante numa época qualificada por alguns como o século da criança. É uma criança que inaugura o século vinte das Ciências Sociais, lembram-nos os historiadores fazendo referência ao pequeno Hans de Freud. O lugar da criança no imaginário social contemporâneo foi, assim, caracterizado – segundo momentos e autores – entre duas dimensões extremas, a do “rei” e a da “vítima” (Prost, 1981, Eliacheff, 1997, Vigarello, 1998). Mas qualquer que seja a evolução do discurso e das sensibilidades, no centro dessas análises figura com clareza a criança, não somente como um bem raro, mas também como uma pessoa. De resto, essa presença do corpo da criança e de sua inocência marca as modificações da sensibilidade coletiva. Se a análise proposta se fundamenta numa análise da evolução das mentalidades, ela volta a situar esse assunto no contexto nacional belga, permitindo ao mesmo tempo identificar o lugar da infância num período e numa situação histórica.

Ponto de vista sobre a cultura da infância

Na intersecção de uma análise da socialização infantil e da construção da ordem social, André Petitat, dando continuidade a seus trabalhos sobre o segredo, propõe uma interpretação interacionista dos contos, “A infância: contos, segredos e reversibilidade simbólica: uma abordagem interacionista dos contos”, a ser publicado no n.3. Ele visualiza esse elemento da cultura da infância baseado na análise da dinâmica do ocultamento/desvelamento nas interações. Considera os contos como representações divertidas ou dramáticas de nossas virtualidades relacionais. O conto é considerado como uma viagem simbólica, mobilizando os recursos do imaginário nas virtualidades da reversibilidade.

Outro elemento da cultura infantil, os rituais. Historiadores e sociólogos afirmam observar com frequência uma desritualização de nossas sociedades ocidentais, onde a infância era tradicionalmente descrita por seus rituais de passagem. Não se poderia pensar, então tratar-se, ao contrário, de uma cegueira dos pesquisadores quanto à vida cotidiana contemporânea? Alguns trabalhos recentes na intersecção da antropologia e da sociologia da infância, ao se debruçar sobre a vida cotidiana, analisam novos modos de

ritualização profanos, como o início do ano escolar, o batismo da boneca ou o café da manhã. Assim, considerando-se uma pesquisa etnográfica centrada no “aniversário” como ritual de socialização e representação da infância contemporânea, o artigo de Régine Sirota, “O aniversário, um manual de civilidade da infância contemporânea” (a ser publicada no n.3), analisa a construção desse ritual em termos de cultura infantil. Como, na França contemporânea, nascem e se propagam novos rituais da infância?

Constroem-se assim manuais de civilidade, na conjugação de diferentes esferas (esfera da mídia, esfera científica, esfera cultural, esfera escolar, esfera familiar...), no sentido de se editarem regras de conduta, regras de civilidade, as quais traçam maneiras de fazer e de ser da infância contemporânea.

Olhares sobre a construção científica do objeto

A criança, uma variável em si

Um dos primeiros desafios das análises estatísticas atuais que contribuem para a sociologia da infância é fazer emergir a criança de sua invisibilidade estatística, quer dizer, mostrá-la enquanto tal, objeto ou ator, e não mediante intermediários de outras categorias. O problema se coloca em dois níveis: de um lado a construção de bases estatísticas pelos grandes organismos e por outro o tratamento da variável como tal. Segundo Desrosières, “a estatística é produzida a partir do momento em que uma questão é socialmente julgada social, quer dizer, julgada pela sociedade como dependente dela. Na França, a natalidade é julgada social, na Inglaterra, muito menos. Por isso a existência do Instituto de Estudos Demográficos francês, não existindo nenhum correspondente do outro lado da Mancha (...) Se as violências contra as crianças dão lugar a estatísticas, sendo que isso não ocorria há vinte anos, é que elas são hoje socialmente julgadas mais sociais” (Desrosières, 1998).

As transformações dos modos de vida familiares levaram assim a demografia a reconstruir uma variável que ela ignorava até então, mas que parece se tornar incontornável, pois aparece como o único ponto fixo da célula familiar.

O artigo de Patrick Festy, “A criança na família: análise demográfica”, reexamina de um ponto de vista demográfico as conseqüências das modificações do meio ambiente familiar sobre o lugar da criança na família, com base nos trabalhos do Ined e de uma comparação França-Canadá. Se os demógrafos ousaram declarar, por ocasião da celebração do ano da família, que a criança se torna o único ponto fixo da família, isso leva os pesquisadores a tirar a criança de sua invisibilidade estatística (Qvortrup, 1994), como uma variável esquecida, para retomar a expressão de Goffman. Tirar da invisibilidade estatística a categoria criança permitiria identificar os novos nichos ecológicos onde vivem

atualmente as crianças. A descrição estritamente estatística se esforça por medir essa evolução, pois uma proporção significativa de crianças vive uma parte ou a totalidade de sua minoridade numa situação diferente daquela tradicional oferecida pelos pais casados. Qual é o impacto das novas formas de vida familiar produzidas pelo divórcio, a concubinação, o nascimento fora do casamento e as recomposições familiares sobre a vida das crianças? No entanto, esses dados, se bem permitam medir a evolução dos modos de vida, não permitem por sua vez inferir as conseqüências exatas. Permanece uma questão de vulto: se a infância é definida como uma “travessia” de situações, qual é então o impacto dessa evolução?

Rediscussão das variáveis clássicas

Concebida, de início, como uma contribuição teórica para a construção de uma sociologia da infância, a reflexão de Suzanne Mollo-Bouvier, “Os ritos, os tempos e a socialização das crianças”, se fundamenta num conjunto de pesquisas onde uma das preocupações é a articulação da psicologia e da sociologia na análise da socialização. A autora estuda e revisita as implicações da construção intelectual sobre a especificidade da infância com base na construção de suas temporalidades. Se muitas críticas foram feitas a propósito da pobreza das concepções psicológicas subjacentes aos discursos sociológicos, o buraco deixado pela exclusão dos fatores sociais e de sua análise sociológica no discurso psicológico é evidenciado. Longe de se restringir a uma questão teórica, S. Mollo-Bouvier discute os efeitos sociais da tradução em dispositivos institucionais de um discurso científico construído independentemente de toda dimensão social e, mais precisamente, das arbitrariedades temporais assim produzidas quanto à gestão institucional da infância. Desse ponto de vista, não se discute apenas a significação dos grandes recortes do início da vida, mas também os pequenos e ínfimos recortes da vida cotidiana. Essas pistas de trabalho, longe de calar a discussão, demonstram a amplitude do terreno que se abre. Como desse ponto de vista se rearticulam discursos científicos e construção social das temporalidades na gestão da infância?

É por isso que solicitamos a uma socióloga escandinava para retomar um trabalho sobre as lembranças de infância (a ser publicado no número três). Baseada em uma síntese internacional “A infância escrita: modernidade e construção do eu nos relatos de vida”, Marianne Gullestad rediscute no plano teórico e metodológico um aspecto “natural” do trabalho sociológico – as lembranças de infância – no quadro dessa abordagem sociológica específica que é a abordagem biográfica. Enquanto esses trabalhos centrados na memória familiar se desenvolvem, as lembranças de infância constituem uma parte essencial das histórias de vida, mas esse fato é raramente levado em conta. À medida que

vai se redescobrimo o método das histórias de vida, sua análise se enriquece e se torna mais problemática, pois seu ponto de vista se situa na intersecção da crítica literária, da história social, da psicologia e da sociologia. Parece pois importante dar atenção aos meios com os quais as experiências da infância são utilizadas como recurso para construir o *self* moderno, em relação com a vida privada, e a parte que eles ocupam na construção da vida social.

Sobre o uso de um novo objeto sociológico

A fim de suscitar o debate sobre a emergência desse objeto e de apresentar as visões contraditórias, solicitamos duas intervenções, começando pela de Jacques Commaille, cujo trabalho se intitula “Contra uma sociologia da infância”. O autor se pergunta, em termos de sociologia das ciências, sobre o significado do surgimento de uma sociologia da infância. Que recortes de territórios ela questiona? A que lógicas de demandas sociais corresponde esse surgimento? A que conjuntura científica? Quais os perigos?

Depois, a fim de identificar a evolução do objeto e da demanda social a propósito de uma sociologia da infância, optamos por apresentar o ponto de vista de um ator político, Christian Nique, presidente da Associação dos Alunos da Escola Pública, que acaba de construir um Observatório da Infância. O objetivo é de verificar a articulação desse projeto com a atualidade científica em torno da questão: “Por que um observatório da infância?”

ALGUMAS REFLEXÕES E INTERROGAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Observa-se a diversidade de quadros teóricos de referência dos trabalhos publicados nesses números, demonstrando quantos vaivéns teóricos entre sociologia geral e campo especializado são necessários. Como afirmamos de início, não pretendemos em absoluto impor um quadro teórico, mas contribuir para a estruturação de um campo.

Esse campo é diferente ou específico da sociologia da educação? Ele vai além? Engloba-a? No estado atual de recorte e de fragmentação devido, em parte, à hiperespecialização e por outra parte aos costumes científicos que induzem à constituição de territórios legítimos, a questão se coloca plenamente. Deter-se nele, leva obrigatoriamente a uma recomposição ou pelo menos ao diálogo, pois justamente o sentimento de sua falta leva à identificação das brechas do raciocínio. Primeira necessidade: desescolarizar a abordagem da criança; a análise da socialização não pode se ater simplesmente aos

problemas colocados pela escolarização, seja em termos de políticas públicas, ou de modos de frequência.

Vários autores sublinham a dificuldade de institucionalização desse campo. Percorrerá ele o mesmo itinerário que o gênero? A dificuldade de aceitar a conceituação do ofício de criança lembra a dificuldade para as feministas de fazer aceitar a produção doméstica como uma produção econômica. Estabelecendo analogia entre a categoria infância e o futuro do gênero, pode-se perguntar se ela se tornará uma categoria analítica ou um objeto empírico de análise?

É possível considerar que se trata de um campo próprio, de um novo objeto? Solicitar uma recomposição disciplinar para melhor identificar um objeto levaria necessariamente à criação de um campo particular? Numa primeira etapa, isso certamente permite fazer emergir um objeto que os recortes disciplinares deixaram esquecidos na sua unidade e na sua especificidade. Sem dúvida, clamar por ele permite jogar com a atração da novidade e construir a legitimidade de um objeto cuja emergência sempre foi marcada pelo menosprezo. Mas se sua rentabilidade, o poder de questionamento que ele suscita, permitem um aprofundamento de questões clássicas como as relações entre gerações, a construção do lugar social, a socialização, as relações de dominação, abrirão também um campo novo de questionamento? Não se pode, a esse respeito, esquecer completamente que a construção das pequenas coisas do homem está também no coração da construção do social, tanto na sua função de transmissão quanto de invenção do futuro.

Não se trata aqui de simplesmente opor uma ideologia subjacente da proteção a uma ideologia da autodeterminação, mas trata-se de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições inventam para ela.

Vários problemas permanecem em aberto:

- como tratar os obstáculos epistemológicos suscitados pela apreensão da categoria criança como categoria social em sentido pleno, a fim de se afastar de uma visão mais estritamente ideológica?
- sobre quais metodologias se apoiar para alcançar as experiências das crianças e dar conta delas? Pode-se apontar, a esse respeito, a pequena quantidade de trabalhos em língua francesa que se debruçam sobre esse problema comparando-se com a literatura de língua inglesa. Será a abordagem etnográfica a mais pertinente?
- que terreno ceder para a exploração da infância "ordinária" em relação à infância sofrida, a fim de verificar a evolução geral da construção social da infância?

Como, ao contrário, verificar a multiplicidade das infâncias, segundo os contextos sociais? Quais são as variáveis pertinentes?

- qual é o peso dos efeitos de geração e dos contextos específicos?
- em que medida a criança é produto? é produtor numa sociedade onde se acentuam individualização e incerteza? Como se constrói a cultura da infância? Quais são as especificidades desse grupo sociológico?
- em que medida a aparição desse objeto pode ser uma contribuição para a evolução da sociologia da educação e da sociologia geral? Como ver a articulação com a totalidade das ciências humanas, pois a acuidade do debate social sobre a proteção e a gestão da infância solicita tanto uma reflexão de filosofia política quanto um esforço de investigação empírica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, Point Seuil, 1960.

BECCHI, E., JULIA, D. *Histoire de l'enfance en occident*. Paris: Seuil, 1998.

BUISSON, F., DURKHEIM, E. Enfance. In: BUISSON, F., DURKHEIM, E. *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'éducation primaire*. Paris: Hachette, 1911.

CHAMBORÉDON, J.C., PRÉVOST, J. Le Métier d'enfant. *Revue Française de Sociologie*, XII, 7, 1973.

CHAUVIÈRE, M., LENOËL, P., PIERRE, E. *Protéger l'enfant*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.

CORSARO, W. A. *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks-California: Pine Forge Press, 1997.

CULTURES est sociétés enfantine. In: COLLOQUE DE LA SOCIÉTÉ D'ETHNOLOGIE FRANÇAISE. *Actes du...* Université de Lille, édition du Septentrion.

DANDURAND, D., HURTEBISE, R., LE BOURDAIS, C. (éds.) *Enfance, perspectives sociales et pluriculturelles*. Presses de l'Université de Laval, 1996.

DE SINGLY, F. *Le Soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 1996.

DEBARBIEUX, E. Le Professeur et le sauveur. *Revue Française de Pédagogie*, n. 123, 1998.

DESROSIÈRES, A. On ne peut séparer une statistique de son usage. *Le Monde*, 29 septembre, 1998.

DUBET, F. Enfances et science sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*. Université Libre de Bruxelles, 1994.

- _____. *Les Lycéens*. Paris: Le Seuil, 1991.
- _____. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Le Seuil, 1994.
- DUBET, F., MARTUCELLI, D. *À l'École*. Paris: Le Seuil, 1996.
- ELIACHEFF, C. *Vies privées: de l'enfant roi à l'enfant victime*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- FABIUS, L., BRET, J.-P. Droits de l'enfant, de nouveaux espaces à conquérir: rapport. Paris: Assemblée Nationale, 1998.
- ISAMBERT-JAMATI, V. Interview. *Recherche et formation*, n. 13, 1993.
- JAMES, A., PROUT, A. (éds.) *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: The Falmer Press, 1990.
- JAVEAU, C. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales: enfances et sciences sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*, n. esp. Université Libre de Bruxelles, 1994.
- JENKS, C. *The Sociology of childhood*. Aldershot (UK): Gregg Revivals, 1997. LA PAROLE de l'enfant: 1998. (*Informations sociales*, n. 65)
- LAHIRE, B. *Portraits de famille*. Paris: Galimard, Le Seuil, 1995.
- LEMIEUX, D. Les Enfants perdus et retrouvés: la recherche sur les enfants au Québec. *Recherches Sociographiques*, v.36, n.2, p.327-52, 1995.
- MAUSS, M. *Trois observations sur la sociologie de l'enfance*. *Gradhiva*, 20, 1996.
- MAYALL, B. (ed.) *Children's childhood: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994.
- MOLLO-BOUVIER, S. Introduction à Enfances et sciences sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*. Université Libre de Bruxelles, 1994
- MONTANDON, C. *L'Éducation du point de vue des enfants*. Paris: l'Harmattan, 1997.
- _____. Sociologie de l'éducation, sociologie de la famille: cheminements parallèles ou convergents? In: COLLOQUE NOUVEAU BILAN DE LA SOCIOLOGIE DE L'ÉDUCATION. *Actes du...* Paris: AISLF; INRP, no prelo.
- PERRENOUD, P. *La Fabrication de l'excellence scolaire*. Genève: Droz, 1988.
- _____. *Le Métier d'élève et le sens du travail scolaire*. Paris: ESF, 1994.
- PROST, A. *L'École et la famille dans une société en mutation (1930-1980)*; histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France. Paris: Nouvelle Librairie de France, G. V. Latat Ed., 1981.

QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters*. Avebury: European Center of Vienna, 1994.

RAYOU, P. *L'Enfant au centre, un lieu commun pédagogiquement correct*. l'école dans plusieurs mondes. Bruxelles: de Boeck, no prelo.

ROCHEX, J. Y. *Le Sens de l'expérience scolaire*. Paris: PUF, 1995.

SIROTA, R. Des approches démographiques aux approches ethnographiques, du métier d'élève au métier d'enfant. COLLOQUE NOUVEAU BILAN DE LA SOCIOLOGIE DE L'ÉDUCATION. *Actes du...* Paris: AISLF; INRP, no prelo.

_____. L'Enfant dans la sociologie de l'éducation, un fantôme ressuscité? Enfances et sciences sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*. Université Libre de Bruxelles, 1994.

_____. Le Métier d'élève. *Revue Française de Pédagogie*, n. 104, 1993.

THÉRY, I. *Couple, filiation et parenté aujourd'hui*: le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée. 1998. (Documentation française-Odile Jacob)

VAN HAECHT, A. L'Enfance, terre inconnue du sociologue. *Bulletin de l'AISLF*, n. 6, 1990.

VIGARELLO, G. *Histoire du viol*. Paris: Le Seuil, 1998.

VULBEAU, A. *L'Enfance qui parle*: informations sociales. La parole de l'enfant, 1998.